

## **CRÉDITO ALIMENTÍCIO NA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO\***

*Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e  
Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.*

Na abordagem de um tema provocador de inúmeras controvérsias, como é o da Execução contra o Fazenda Pública, impossível se deixar, sem análise algumas situações que atormentam, no momento, a doutrina e a jurisprudência.

A destacada, pela sua relevância, é a relativa à existência ou não de precatório para o pagamento de dívida de natureza alimentícia.

A atual Constituição Federal, ao cuidar da matéria, no artigo 100, apresenta algumas inovações como é de todos sabida.

Defendo que a nova sistematização constitucional se apresenta com os seguintes aspectos:

a) o pagamento dos créditos de natureza alimentícia não estão sujeitos ao regime de precatório;

b) só se permite que os débitos da Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, sejam consumados por meio de precatórios judiciais, impedindo-se, assim, a antecipação da execução pelo poder público, evitando-se, com tal modo de proceder, qualquer privilégio, salvo os créditos de natureza alimentícia;

c) os valores dos precatórios serão, em 1º de julho, data máxima da sua apresentação, atualizados monetariamente;



d) não se faz mais necessário que seja ouvido o chefe do Ministério Público em caso de quebra do direito de procedência, para que haja a efetividade do seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

No referente ao crédito de natureza alimentícia, continuo, não obstante respeitáveis posições e sentido contrário, a defender que o seu pagamento independe da expedição do precatório requisitório.

Quanto mais me inclino sobre o texto constitucional mais convicto fico de que essa é a vontade expressa na Carta Maior.

Não me filio aos que pensam que, na atualidade, o precatório judiciário é a única forma de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública. Entendo que o legislador constituinte excepcionou de tal forma de pagamento os créditos de natureza alimentícia, sem, porém, deixá-los à mercê da boa vontade do Executivo e do Legislativo. Não visualizo, também, na expressão constitucional — "A exceção dos créditos de natureza alimentícia..." colocada logo no início do art. 100 da Carta Magna, a possibilidade de se interpretar que o "objetivo foi o de se estabelecer duas classes de precatórios, cada qual com sua dotação orçamentária própria: a dos vinculados a obrigações de natureza alimentícia e a dos vinculados a obrigações de outra natureza. Na medida em que forem sendo liberadas as quantias correspondentes, o credor receberá consoante a ordem de precedência na sua respectiva classe. "(Milton Flaks, in "Precatório Judiciário na Constituição de 1988", Rev. de Processo, RT, nº- 58, págs. 85 e segs. Não posso alargar o texto constitucional para nele colocar expressões não utilizadas pelo legislador constituinte, especialmente, quando não se trata de direitos implícitos. Estes mesmos são assegurados porque se encontram implantados no sistema democrático vivido pela Nação e acobertados pela Declaração de Direitos do Homem. Não é o caso, nem de longe, da duplicidade de precatórios como defende determinada corrente da doutrina. O sentido do

legislador constituinte foi, como afirma, o de excepcionar do sistema de precatório o crédito de natureza alimentar, isto é, de determinar que ele seja pago imediatamente em razão da sua própria função de propiciar melhores condições de vida para o titular do direito. O sistema, que ao meu ver decorre da Carta Magna, não leve a gerar qualquer privilégio, nem a provocar a prática de atos que atentem contra o funcionamento da administração pública. Acode-se, simplesmente, com a sua instituição, ao direito maior da cidadania, que é o de receber do Estado o seu crédito de natureza alimentícia que foi reconhecido pelo Poder Judiciário.

Logo após a vigência da Carta Magna, escrevendo sobre o tema e defendendo a inexistência do precatório requisitório para a execução dos créditos aqui assinalados, afirmei:

"O rito procedimental para fazer entrega ao credor da prestação jurisdicional permanece regulado pelas normas atualmente vigentes no Código de Processo Civil, pelo que se afasta qualquer possibilidade de serem penhorados bens da Fazenda Pública. O credor, só pelo fato de não se encontrar sujeito à exigibilidade do precatório requisitório, por força constitucional, não adquiriu o direito de descaracterizar a impenhorabilidade dos bens públicos. Isso não quer dizer, por outro lado, que não exista caminhos processuais para se alcançar a consumação da execução, por inexistência de mais disponíveis e eficazes. Pelo contrário.

O crédito de natureza alimentícia, após devidamente apurado, isto é, liquidado por artigos, por cálculos ou por arbitramento, com sentença transita em julgado, passa a se constituir de quantia certa e com condições de ser exigido do devedor solvente. Daí a aplicação ao mesmo do art. 646, do CPC: "A execução por quantia certa tem por objetivo expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor (art. 591)." Por expropriação, entende-se a alienação de bens do devedor para o patrimônio do credor (art. 647, I, do CPC). Tratando-se da Fazenda



Pública, esta será citada para opor embargos no prazo de (10) dez dias (art. 730, CPC). Se tais embargos forem apresentados, passasse aos demais atos necessários ao seu julgamento (arts. 736 e seguintes do CPC) até alcançar a fase final. Considerados improcedentes ou procedentes em parte, por decisão definitiva, o juiz requisitará o pagamento ao ordenador de despesas competente da repartição junto à qual está subordinado o servidor. Em caso de pensão paga diretamente pelo Tesouro Nacional, a requisição deve ser dirigida ao Delegado da Fazenda Nacional no Estado, em se tratando de servidor do Executivo, ou ao Poder Judiciário ou Legislativo, conforme o caso. Do mesmo modo proceder-se-á se, após dez dias, a contar da citação acima referida, embargos não forem interpostos.

Em que prazo deverá o ordenador da despesa cumprir a decisão? Não há, em nosso sistema processual civil, regras específicas para tal tipo de execução. Tal decorre da nova fisionomia instalada pela Constituição Federal, o que exigirá, com certeza, legislação apropriada. Deve o juiz, então, atuar como se legislador fosse, não só porque o art. 100 da Constituição Federal é de aplicabilidade imediata, mas, também, por lhe permitir, quando essa situação lacunosa ocorre, o art. 126 do CPC, em combinação com o art. 4º, da Lei de Introdução ao Código Civil. O referido dispositivo processual determina que "O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito". Na espécie enfocada, deve o juiz, por interpretação analógica, adotar as regras dispostas no Código de Processo Civil que conduzam à satisfação do julgado. Assim, o cumprimento da decisão pelo ordenador da despesa deve se concretizar em prazo razoável, assinalado pela autoridade judiciária, da mesma forma que o faz quando da execução da obrigação de fazer (art. 632, CPC). O ordenador da despesa, no prazo fixado, que deve ser suficiente para o atendimento da medida, adotará providências cabíveis para atender à execução, utilizando-se, para tanto, da dotação

orçamentária destinada ao pagamento do pessoal, no exercício em que a obrigação tomou-se exigível. Saliente-se que não há de ser adotado procedimento semelhante ao do precatório requisitório, como, por exemplo, o da requisição do pagamento ser feito por intermédio do presidente do Tribunal. A dotação orçamentária a ser utilizada é a destinada para a rubrica de Pessoal ou de Benefícios para o exercício em curso, efetuando-se o pagamento como se vencimentos normais fossem, porque na realidade o são, sem, também, ser necessário pedido de crédito especial para tal fim. Esta última medida só será tomada, como se faz todos os anos quando se finda a dotação orçamentária para atender à determinada rubrica, se os recursos orçamentários se tomarem insuficientes como um todo.

Há de se fazer cumprir, na espécie, o dispositivo constitucional que não estabeleceu qualquer restrição ao pagamento dos créditos de natureza alimentícia por parte da Fazenda Pública. Em consequência, ilegal será a resistência oferecida pela autoridade competente (o ordenador da despesa) que não liberar os valores devidos, após empenhá-los, no prazo exigido pelo juiz. Caso ocorra a preterição do direito do exeqüente, deve o juiz, depois de ouvido o Ministério Público, ordenar o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito, bloqueando a conta bancária do órgão respectivo e expedindo o competente alvará no limite do crédito. O seqüestro deverá recair em dotação financeira destinada de modo global sobre a rubrica de pagamento do pessoal, isto é, vencimentos. Em nenhuma hipótese a execução do crédito de natureza alimentícia depende da dotação orçamentária que é colocada a disposição do presidente do Tribunal para o pagamento dos demais créditos de natureza não alimentícia.

O não cumprimento da ordem emanada pelo juiz da execução, no prazo determinado, além de permitir o seqüestro de quantia necessária a satisfação do julgado, pode conduzir a se apurar a responsabilidade penal do agente administrativo responsável para ordenar a despesa, em



caso de atuação dolosa, ou até mesmo a prática do crime de responsabilidade, dependendo da autoridade que praticar o impedimento ou frustração do pagamento determinado pela sentença judiciária, a teor do que especifica a Lei nº 1.079, de 10.4.50, artigo 12. Em casos mais graves, há condições de haver até intervenção nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios, desde que se configurem as hipóteses previstas nos arts. 34, VI e 35, IV, da Constituição Federal, respectivamente.

Osvaldo Flávio Degrazia, Subprocurador-Geral da República, em artigo publicado na RT-666, abril de 1991, pg. 242 e segs, sob o título "Pagamento do crédito alimentar judicial pela Fazenda Pública na atual Constituição Federal" não discrepou das idéias acima especificadas. Ao falar sobre a forma de se interpretar a expressão contida no início do art. 100 do Documento Maior, teceu os seguintes argumentos:

"Porém, é de ver-se que, apesar de ter mantido o mesmo sistema de pagamento dos créditos judiciais consagrado nas Cartas anteriores, o legislador constituinte de 1988, afinado com a ordem jurídica comum, retirou da citada sistemática constitucional, o pagamento dos créditos judiciais alimentares".

Mais adiante, acrescentou:

"Ora, a exceção não é mera figura, de retórica, nem está limitada à desobediência da cronologia ali prevista. A exceção enfocada não se integra no corpo do artigo, pois que contém ela ordem de proibição absoluta, vedando que se empregue no pagamento do crédito alimentar o mesmo rito que as constituições anteriores preceituavam. Os créditos comuns seguem o rito já consagrado. Os alimentares, por sua natureza, sofrem plenamente a exceção".

Por fim, em face da impossibilidade de serem analisados outros aspectos envolvidos com o tema para não tomar alongado o presente estudo, lembro que o sistema acima defendido não é impossível de ser viabilizado. Tanto não o é que a Lei nº 5.021, de 9.6.66, que "dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias

asseguradas" em sentença concessiva de mandato de segurança, a servidor público civil", determinou em seu artigo 1º:

"O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal, da administração direta ou anárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial".

Fez, ainda, registrar no § 2º:

"Na falta de crédito, a autoridade coatora ou a repartição responsável pelo cumprimento da decisão encaminhará, de imediato, a quem de direito, o pedido de suprimimento de recursos, de acordo com as normas em vigor".

Exemplo, também da plena viabilidade de tal forma de execução se desenvolver é o contido na atual legislação previdenciária, permitindo o pagamento, sem precatório, de benefícios reconhecidos pelo Poder Judiciário até determinado limite. Pode haver a discriminação contida na legislação em referência em face do princípio da igualdade? Os aspectos axiológicos das dívidas de natureza alimentícia variam de pessoa a pessoa ou em decorrência do "quantum" devido? Penso que não. Trata-se, porém, de matéria que incentiva ser debatida em uma outra oportunidade. Resta, apenas, assinalar que o próprio legislador infraconstitucional acena com a interpretação de que o crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública não está sujeito a precatório requisitório, por vontade expressa da Carta Magna.